

A criação e a instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba*

The creation and installation of the Professional School Mixta de Sorocaba

José Roberto Garcia**

Wilson Sandano***

* Texto desenvolvido com base em pesquisa apresentada no VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, UNIVALI, 2008.

** Doutorando em Educação - Universidade de Sorocaba (Uniso), Rua Artur Caputti, 14, Jd. Guarujá, CEP 18050-601, Sorocaba, SP. E-mail: jrmfgarc@dglnet.com.br

*** Doutor em Educação - Universidade de Sorocaba (Uniso), Rodovia Raposo Tavares, km 92,5, Vila Artura, CEP 18023-000, Sorocaba, SP. E-mail: wilson.sandano@prof.uniso.br

Resumo

Este artigo tem como ponto de partida pesquisa sobre a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, SP, com recorte temporal privilegiando a República Velha. Examina-se, neste artigo, como ocorreu historicamente a criação e a instalação da instituição, na década de 1920. As pesquisas bibliográficas estão centradas em autores que escreveram sobre a história da cidade; e, no âmbito do ensino profissional, em especialistas nessa área. Foram efetuadas consultas no acervo disponibilizado pelo Centro de Memória da instituição. Observou-se que a região surge como local apropriado para atender aos anseios dos políticos que poderiam demonstrar ao povo suas preocupações com a educação fornecendo cursos dirigidos à economia local e, aos industriais, mão-de-obra preparada segundo os princípios que atenderiam aos próprios empregadores.

Palavras-chave

Escola Profissional. Ensino Técnico. Sorocaba.

Abstract

This article has as its starting point a research on the Professional School *Mixta* de Sorocaba, SP, with cut-off time focusing on the old republic. This article examines how it happened, historically, the creation and installation of the institution, in the 1920s. Literature searches are focused on authors who wrote about the history of the city, and in teaching professional, based on experts in this area. Were made visits in the existing collection provided by the "Memory Center" of the institution. It was observed that the region emerges as a suitable place to meet the desires of politicians who could, through the creation and installation of professional school, while demonstrate to the people their concern with education providing appropriate courses to the local economy, industrial and employees prepared according to the principles that would meet the employers themselves.

Key words

Professional School. Technical Teaching. Sorocaba.

Introdução

Este trabalho tem como ponto de partida uma pesquisa sobre a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba¹, desenvolvida com base nas duas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, no curso de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa “História e Historiografia: Políticas e Práticas Escolares”, da Uniso – Universidade de Sorocaba, SP. A instituição pesquisada é uma das oito escolas profissionais mais antigas do estado de São Paulo.

A proposta de fornecer subsídios para entender a origem e a instalação da escola, ocorridas durante a década de 1920, aconteceu através de buscas e análises nos documentos depositados no acervo do Centro de Memória da instituição. As análises em diários oficiais forneceram informações sobre os decretos que permitiram a criação e instalação da instituição. Jornais da época contribuíram com notícias e curiosidades; anais da Câmara de Vereadores, almanaques e livros históricos, retrataram os esforços empreendidos pelos políticos, alguns favoráveis e outros contrários à instalação da escola. Esses documentos foram pesquisados, entre outros locais, na Biblioteca Pública Municipal, na

Biblioteca Pública Infantil Municipal, no Museu Histórico de Sorocaba, no Instituto Histórico e Geográfico de Sorocaba e no Gabinete de Leitura Sorocabano.

As pesquisas bibliográficas concernentes à Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba estão centradas em alguns autores que escreveram sobre a história da cidade; e, no âmbito do ensino profissional, em historiadores que escreveram sobre a educação brasileira na citada área.

Com os resultados obtidos na pesquisa, o artigo procura mostrar como ocorreu, historicamente, a criação e a instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba.

1 A escolarização dos grandes centros urbanos

Com a consolidação do capitalismo e fim do modelo escravocrata de produção, ocorridos no Brasil a partir dos anos de 1870, novos contingentes de mão-de-obra, preferencialmente especializados, deveriam ser formados. Nesse sentido, nem a estrutura industrial que apenas começava a crescer em algumas regiões, como São Paulo e Rio de Janeiro, segundo Azevedo (1996, p. 636), “podia elevar ao primeiro plano das preocupações políticas” a prática da orientação profissional e da aprendizagem racional.

Entende-se que, no final do século XIX e início do século XX, no âmbito nacional, existe pouco apreço pelo ensino pro-

¹ Hoje denominada Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, vinculada ao Centro Paula Souza, no Estado de São Paulo.

fissional, situação essa explicada, talvez, pela parca legislação trabalhista vigente na época e pelo grande contingente disponível de mão-de-obra, tanto estrangeiro quanto infantil, trabalhando nas fábricas.

Um aspecto instigante relacionado com a escolarização dos grandes centros urbanos durante a República Velha (1889-1930) diz respeito à posição produtiva e econômica ocupada pelos estados brasileiros. Segundo Love (1977, p. 53-54), São Paulo, naquela época, por ocasião do primeiro censo econômico em 1920, “respondia por mais que o dobro da produção da unidade que vinha em segundo lugar, Minas Gerais”. Em meados da década de 1920, continua Love (1977, p. 53-54), Santos, o principal porto do estado, “exportava três vezes a quantidade embarcada para o estrangeiro pelo Rio de Janeiro, o segundo porto em importância”.

Com relação aos produtos, inicialmente foram as exportações de café que deram a São Paulo a sua prosperidade. Assim, ainda segundo Love (1977, p. 53-54), “por volta de 1920, o Estado também era o primeiro do país em produção industrial”.

A expansão não era apenas econômica, era também populacional. Esse crescimento demográfico se deveu, inclusive, à imigração estrangeira, completa Love, pois, “na República Velha, a metade dos imigrantes da Nação se estabeleceu em São Paulo”, muitos deles permanecendo nas áreas urbanas.

Para propósitos políticos,

[...] uma característica significativa da população de São Paulo era o índice de alfabetização, visto que, somente

as pessoas alfabetizadas podiam votar. E, infelizmente, em 1890, a taxa de São Paulo estava abaixo da média nacional, mercê, em parte, da sua grande população escrava no fim do Império. (LOVE, 1977, p. 55).

Em 1920 existiam duas Capitais dos Estados do Brasil com população entre 10.000 e 25.000 habitantes, totalizando 43.000 pessoas (CARDOSO, 1977, p. 21), enquanto Sorocaba possuía, em 1922, 44.635 (GARCIA, 2007, p. 14). É importante ressaltar, também, que, em 1929, Sorocaba era o segundo maior centro industrial do Estado, estando atrás somente da Capital.

É sob a ótica do crescimento populacional urbano, aliada às questões sociais e às motivações políticas e econômicas, referindo-se à década de 1910-20, sobre o pensamento dos reformadores², que Carvalho (2000, p. 227) escreve:

Na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional.

2 Escolas profissionalizantes – subsídios bibliográficos

Com a necessidade da formação de novos contingentes de mão-de-obra, preferencialmente especializados, nasce, em 1873, a Sociedade Propagadora da

²Entre os quais se destacam Lourenço Filho e Fernando de Azevedo

Instrução Popular, e, dez anos mais tarde, em 1883, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, sendo este mantido por aquela. Um dos grandes incentivadores para a criação daquelas instituições foi o liberal Carlos Leôncio de Carvalho (MORAES, 1990).

Com relação ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, é interessante observar que, entre os membros de sua diretoria e, mais especificamente, no conselho diretor do ano de 1887, consta Manoel Lopes de Oliveira (MORAES, 1990, p. 63). Manoel Lopes de Oliveira é citado por Bonadio (2004), em 1863, como “maior fortuna do município” de Sorocaba. Moraes (1990, p. 98) cita, na década de 1880, mais precisamente em 1882, a presença de “F. de Paula Mayrink, banqueiro no Rio de Janeiro” como diretor da Companhia Carris de Ferro de São Paulo, e que muitos dos acionistas dessa companhia eram acionistas do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Francisco de Paula Mayrink foi citado por Bonadio como o fornecedor de recursos para George Oeterer e Frank Speers, em 24 de outubro de 1890, fundarem a empresa “Santa Rosália” em Sorocaba. Evidencia-se, assim, que diversos membros da elite sorocabana tiveram participação na nascente indústria ferroviária e nas instituições que visavam à qualificação dos cidadãos através da instrução popular³.

Com relação às escolas profissionais de âmbito federal, a Proposição 195, de

1906, da Câmara dos Deputados, discutida na seção do dia 22 de dezembro daquele ano, é saudada

[...] como um marco na história do ensino industrial no Brasil, uma vez que representa, na República, o primeiro documento oficial habilitando, com recursos financeiros, o poder público a iniciar, entre nós, as escolas profissionais de âmbito federal. (FONSECA, 1961, v. 1, p. 158).

Nesse sentido, é interessante observar a trilha construída pelos interessados em oficializar o ensino industrial. Fonseca (1961, v. 1, p. 160) escreve que

Afonso Pena, em 15 de novembro de 1906 ao assumir a Presidência da República, dissera em seu Manifesto: A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis.

Em 17 de dezembro de 1906, dias antes da seção em que se discutiu a Proposição 195, segundo Fonseca (1961, v. 1, p. 158), o Senado recebia do Diretor e Secretário Geral de um congresso de Instrução que se realizava na época, um ofício acompanhado de um projeto. A importância do ensino industrial aos industriais, superior inclusive ao ensino das letras, fica evidente no artigo 30 do projeto apresentado, em que proibia, “por parte do Governo, de fundar novos ginásios e faculdades antes de ter criado os institutos profissionais cujo funcionamento previa o projeto” (FONSECA, 1961, v. 1, p. 160).

³ O termo instrução popular diz respeito ao sistema educacional que teria como meta atingir a grande maioria da população do país pelo ensino primário e profissional.

O Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado por Nilo Peçanha, instituiu escolas de aprendizes artífices em todas as unidades federadas, criando, assim, a rede federal do ensino industrial. Em 1910, 19 escolas já haviam sido instaladas e possuíam um total de 1.248 alunos efetivos (SCHWARTZMAN, 1984).

Nos anos seguintes, o Decreto n. 7.566 sofreria diversas modificações, “destacando-se o trabalho da ‘comissão de remodelação’ criada em 1921 pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, sob a direção de João Lauderitz” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 232). Em 1923 foi criada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, em substituição à antiga Comissão de Remodelação; em 1927 foi criada a lei Fidelis Reis, de número 5.241, de 22 de agosto, que “tornava obrigatório o ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário, mas que não chega a ser implementada” (SCHWARTZMAN, 1984). Em 1934, a inspeção foi transformada em Superintendência do Ensino Industrial, que pela “primeira vez previa a colaboração das associações industriais com as escolas profissionais” (SCHWARTZMAN, 1984).

A partir da Constituição de 1937,

[...] as antigas escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em liceus industriais, e um amplo programa de edificações é iniciado, com um orçamento de dez mil contos estabelecido especificamente para este fim em 1938. Em 1939 já havia cerca de sete mil alunos nestes estabelecimentos em todo o país. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 232).

Com relação ao Estado de São Paulo, segundo Laurindo (1962), os Decretos-Leis n. 2.118-B e 2.118-A, ambos de 28/09/1911, organizaram e regulamentaram, respectivamente, as Escolas Profissionais da Capital (institutos denominados “Escola Profissional Masculina” e “Escola Profissional Feminina”) e as denominadas “Escola de Artes e Ofícios” de Amparo e de Jacareí, de acordo com as leis n. 1.214, de 24/10/1910, e 1.245, de 30/12/1910.

Ainda segundo Laurindo (1962), “o desenvolvimento industrial impunha outras exigências ao operariado: não bastava unicamente o trabalho mecanicista”. Entende-se, pela afirmação do autor, que as disciplinas dos diversos cursos estavam voltadas essencialmente para o ensino prático. Nesse sentido, ainda segundo o autor, o Decreto n. 1.711, de 27/12/1919, introduziu, nas escolas profissionais, o ensino de Português, Geografia, História Pátria e de Instrução Moral e Cívica.

3 Aspectos urbanizacionais e políticos de Sorocaba

3.1 Aspectos urbanizacionais

A criação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba insere-se num período de intensas transformações que aconteceram tanto em Sorocaba quanto na capital do Estado, nos anos anteriores, e que se seguiram à abolição e ao advento republicano, transformações essas motivadoras de um expressivo processo urbanizador que se iniciara em meados do século XIX, mais precisamente nos anos 1950 e 1960,

quando “o tropeirismo viveu seu período de glória” (STRAFORINI, 2001). As atividades urbanas, necessárias em função da feira de muares, tornaram-se a base da economia sorocabana, atraindo muitos comerciantes, manufatureiros, profissionais liberais, pequenos industriais, bem como atividades artísticas, culturais e de lazer.

O comércio de tecidos, área geradora de maior lucro, era explorado por importantes personalidades da sociedade. A continuidade do processo urbanizador se deu, também, com a criação, através de Luís Mateus Maylasky, da Companhia Sorocabana, que recebeu autorização para funcionar através do Decreto n. 4.729 de 24 de maio de 1871 (GASPAR, 2003, p. 35). As construções da fábrica “Santa Rosália” e da Estrada de Ferro Sorocabana impulsionaram a vida urbana existente, demandando, conseqüentemente, novas profissões e um novo modelo de trabalhador. No final do século XIX, Sorocaba já se destacava como um grande polo industrial, contando com um número de empresas maior que o da Capital.

Com relação às escolas e colégios, em 1914, existiam 20 escolas, sendo: três particulares, cinco municipais, 12 estaduais (WERNECK, 2006). Em 1929, o número total de estabelecimentos escolares existentes era de 43 escolas⁴.

Sorocaba, em 1927, já era bastante conhecida pela sua indústria na qual se

empregavam 15.000 operários, apresentava-se também como grande fornecedora de laranjas, inclusive para exportação, contando com mais de duzentos fruticultores representando quase dois milhões de árvores (BONADIO, 2004, p. 233). Há que se destacar também que, em 1929, Sorocaba possuía 7.000 operários trabalhando nas indústrias têxteis (SANTOS, 1929). Três anos mais tarde, em 1932, estatística elaborada pela polícia considerando apenas as cinco principais fábricas de tecidos, as fábricas de enxadas, de arreios e a Oficina da Sorocabana, indicava um total de 7.250 trabalhadores, sendo 4.654 (64%) do sexo masculino, 2.340 (32%) maiores e 759 (10%) estrangeiros (ALMEIDA, 2002, p. 398). Percebe-se por essa amostra que um grande contingente de trabalhadores, em Sorocaba, era formado por mulheres e menores, sendo estes, os menores trabalhadores, o enfoque do artigo 129 da Constituição de 1937.

Em 1936, Sorocaba era o “mais importante centro industrial do interior” (SILVEIRA, 1937, p. 42).

3.2 Aspectos políticos

Segundo Almeida (2002, p. 369), em 1901 houve, em São Paulo, a primeira dissidência relacionada ao Partido Republicano Paulista (PRP), com reflexos na política Sorocabana. Luiz Nogueira Martins, que desde 1897 comandava a política local, sofreu oposição dos Pires (Benedito Antonio Pires e seu filho Nhonhô Pires) que fundaram para isso o jornal “Cruzeiro do Sul”, enquanto que “O 15 de Novembro” defendia o grupo de Nogueira Martins. De 1901 até

⁴ Sorocaba, A cidade de Sorocaba em 1929, tópico “Higiene Escolar”, p. 271, 274 e 276, digitalizadas no Projeto Memória. Disponível em: <<http://memoria.fua.org.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

1906, com o apoio de Francisco Loureiro, Nogueira Martins continuou comandando a política local. Em 1906, Nogueira Martins perdeu o apoio de Loureiro, porém, recebeu as adesões dos Pires e de Luiz Pereira de Campos Vergueiro, então promotor. Residindo em São Paulo, Nogueira Martins transferiu a direção do partido, em Sorocaba, para Vergueiro, Pires, José de Barros e outros. Vergueiro passou, então, a comandar a política local até 1926. A oposição só voltaria a ocupar o poder em 1927, época em que seu diretório foi reconhecido pelo presidente Júlio Prestes. Vergueiro havia administrado Sorocaba em 1926 e 1927, quando, em 1927, assumiu a cadeira de Senador. Os membros da “oposição” eram os mesmos que conviviam com Vergueiro, participando das diretorias, nas entidades filantrópicas, culturais da imprensa falada e escrita, e mesmo na Santa Casa (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 535-552).

Sorocaba, em 1925, era administrada pelo prefeito Cap. João Clímaco de Camargo Pires; na presidência da Câmara dos Vereadores, o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro (WERNECK, 2006). O Partido Republicano tinha entre seus membros participantes do diretório de Sorocaba: José de Barros – Presidente e Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro - Secretário⁵.

Iniciando-se no final do século XIX e avançando para o início do novo século, surgem muitas entidades com o objetivo de

defender os interesses dos trabalhadores e também dos imigrantes. Segundo Moraes (1990, p. 229),

[...] neste momento histórico, a maioria dos trabalhadores qualificados era, como se sabe, de origem imigrante e altamente resistente às investidas de controle do capital sobre o processo de trabalho. A necessidade de diminuir a influência deste tipo de operário e, ao mesmo tempo, exercer maior controle sobre a produção e reprodução do trabalhador coletivo, impõe a adoção das estratégias propiciadas pela organização científica do trabalho.

Com base no relatório escrito pelo Inspetor do Ensino profissional, Ribeiro (1985) destaca o pensamento dos gestores dessa modalidade de ensino, sintetizando que

[...] precisamos ter operários nossos, evitando-se a importação de elementos, muitas vezes banidos de suas terras de origem, pelas idéias subversivas que professam, e que tudo anarquizam [...]. É uma questão patriótica a difusão das escolas profissionais [...] veículo seguro de nacionalização [...].

Recorrendo a Aprígio Gonzaga, Moraes (1990, p. 222) escreve que um dos objetivos da escola profissional é “a formação moral do operário, sua constituição em cidadão apto, competente, operoso, moralizado”, significando que “na era atual, o obreiro educado e consciente de seus deveres e direitos, unido ao patrão no trabalho comum, será a base do progresso e da prosperidade em que se assentará

⁵ Jornal Cruzeiro do Sul, edição de 26/02/1920, número 4103, p. 01, digitalizada no Projeto Memória. Disponível em: <<http://memoria.fua.org.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

a Pátria a grandeza de suas instituições'. Portanto, à escola profissional caberia 'educar a personalidade, mais do que instruir'" (MORAES, 1990, p. 222). Dessa forma, teve início em 1924,

[...] a iniciativa pioneira de ensino sistemático de ofícios, notadamente para as ferrovias, com a criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Seu objetivo estratégico seria dar uma 'resposta técnica' à conquista operária da jornada de 8 horas de trabalho. (CUNHA, 2000, p. 131).

Nesse aspecto, segundo Moraes (1990, p. 222), "a escolha dos métodos de ensino estão perfeitamente articulados aos fins colimados de moralização do trabalhador."

4 Os processos de criação e instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba

A inexistência de mão-de-obra nacional especializada fomentou, em Sorocaba, assim como em outras regiões, a importação de operários das mais diversas nacionalidades. Nas duas primeiras décadas do século XX, o quadro de trabalhadores das organizações sorocabanas era composto, notadamente, por operários originários do continente europeu, com alguma experiência em entidades que defendiam os interesses da classe trabalhadora. O declínio da importação de mão-de-obra, a proibição pelo governo da continuidade de exploração do trabalho infantil e as reivindicações ocorridas entre 1910 e 1920,

pela redução da jornada de trabalho, pela melhoria dos salários e contra os abusos cometidos pelos empresários, motivaram a classe dirigente a preparar cientificamente, isto é, através de escolas, a mão-de-obra necessária.

Representante político da região de Sorocaba, o Cel. Fernando Prestes, entre 1898 e 1922, exerceu os mandatos de Presidente e Senador do estado de São Paulo. Nessa mesma época, entre 1919 e 1921, Júlio Prestes, filho do coronel, exercia o mandato de Deputado Estadual pelo 4º Distrito (GARCIA, 2007, p. 56). Em 1911, Luiz Pereira de Campos Vergueiro foi eleito deputado e, posteriormente, prefeito. Aliado de Nogueira Martins, recebeu deste a direção do partido, em Sorocaba, e passou a comandar a política local. Vergueiro foi, ainda, deputado e senador, ocupando, com os Prestes, o poder regional durante as duas primeiras décadas do século XX.

Luiz Pereira de Campos Vergueiro e os Prestes, respaldados pelos industriais e coerentes com o encaminhamento dado ao ensino público nacional e estadual, convergiam num ponto: eram a favor da criação de escolas voltadas apenas para a instrução popular.

Assim, com a força econômica da cidade e poder político consolidado, em 30 de dezembro de 1921, com a Lei n. 1.860, Sorocaba recebeu a autorização para a criação da Escola Profissional. Nessa mesma Lei, as cidades de Tatuí, Faxina, Bauru, Jundiaí, Piracicaba e Bragança também foram contempladas com a criação de escolas profissionais.

Apesar de existir a autorização para a instalação, a escola só iria iniciar suas atividades em 1929. Pode-se supor que interesses políticos, como, por exemplo, a eleição para Presidente do Estado ou da República, no caso de Júlio Prestes, fizesse com que a notícia da instalação da escola esperasse pelo momento mais adequado. Outro motivo para a demora de quase oito anos da instalação pode ter sido a reforma da instrução pública ocorrida em 1925. Conforme Moraes (1990, p. 226), a reforma promovida pelos “tradicionalistas”, no governo de Carlos de Campos, introduziu algumas modificações no funcionamento das escolas profissionais que são extremamente criticadas pelos educadores “reformadores”.

A reportagem publicada pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, em 26 de junho de 1994, escrita por Afonso Celso de Oliveira, comemorativa dos 65 anos da escola, descreve como ocorreu a instalação da escola:

Júlio Prestes, semanalmente, aos sábados, passava por Sorocaba, a caminho de sua fazenda localizada entre Tatuí e Itapetininga. Aqui aportado, impreterivelmente ‘filava’ o cafezinho em casa do Dr. João Machado, que seria nosso próximo prefeito. D. Amélia César Machado de Araújo, com o primeiro filho a estudar fora de Sorocaba, vivia inconformada com isso. Certo dia planejara pedir ao Governador uma escola. Amadurecida a idéia, e já do conhecimento do marido, tocara no assunto, pedindo a Júlio Prestes que criasse ao menos um ginásio em nossa terra.

Ao que ele respondeu:

[...] para Sorocaba, cidade tipicamente industrial, melhor caberia uma escola profissional. É que qualquer outro tipo estaria, talvez, fora das possibilidades da maioria de nossa população, constituída de operários.

O autor indica que, continuando o diálogo, D. Amélia lhe dissera: “Então, nos dê essa escola”. Ao que Júlio Prestes respondera, em tom de brincadeira: “agora não, estou com muita pressa”.

Afonso Celso relata, ainda na reportagem, os interesses políticos envolvidos na instalação da escola. “Com o esquema que levava Júlio Prestes aos ‘Campos Elíseos’, caíra a longa influência vergueirista em Sorocaba”. Ao montar o novo diretório na cidade, Júlio Prestes recebeu as condições necessárias exigidas pela sociedade local, na pessoa de Gustavo Scherepel: “desde que o estado desse escolas para Sorocaba”. Em um almoço, na fazenda de Júlio Prestes, foram acertados os planos para a implantação da Escola Profissional e, naturalmente, os meios de consolidação política, o que culminou, posteriormente, com a eleição do Dr. João Machado para prefeito.

A cisão na política local explicaria as versões para a instalação da escola que estão descritas nas reportagens abaixo: uma veiculada no dia 17 de maio de 1929, do jornal *Cruzeiro do Sul*, em que dizia “neste dia, embora ainda essa derrota não tivesse se consumado, o governo iniciava o pagamento de sua promessa”; e outra, no dia 24 do mesmo mês, no mesmo jornal, reforçando com valores e nomes, que estava

[..] autorizado crédito de 197:750\$000 para as despesas de instalação, e, também, a nomeação de Oscar Lindholm de Oliveira, para diretor, vindo removido de Franca; Guimar Baddini, guarda-livros; Frederico Scherepel, escriturário; Hércules Tavares de Campos, porteiro; Antonio Funes, professor de Aritmética e Geometria; e Job Aires Dias, professor de Português e Educação Cívica.

A instalação da instituição aconteceu durante o mandato de Júlio Prestes como governador do estado, época em que o grupo de reformadores⁶ atuava em São Paulo e era favorável às ideias de Roberto Mange relacionadas à qualificação do trabalhador, e que, além de criticar a não instalação das escolas já criadas, também enfatizava a necessidade de criar e instalar outras. Mange tinha ligações com Horácio da Silveira com quem já havia trabalhado e que era diretor da escola feminina da Capital; mantinha relações com Gaspar Ricardo Junior, diretor da Estrada de Ferro Sorocabana, além de outros empresários ligados à Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

A escola foi instalada em 09/06/1929, na Rua Barão do Rio Branco, n. 228/280, esquina com a Rua Álvaro Soares, ruas centrais da cidade, em imóvel de dois andares, que anteriormente havia abrigado uma empresa beneficiadora de algodão, pertencente a Mateus Maylasky, e, posteriormente, um hotel. A casa possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor

masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola.

Observa-se que, na Escola Profissional Secundária Mista “Cel. Fernando Prestes”, de Sorocaba, estavam matriculados no ano de 1939, 716 alunos e alunas, o que representava 10% do total citado por Schwartzman (1984, p. 232) para o mesmo ano, demonstrando a importância da instituição para esse modelo de ensino.

Considerações finais

A região sorocabana surge como local apropriado para atender aos anseios dos políticos locais que poderiam, através da instalação da escola profissional, simultaneamente, demonstrar ao povo suas preocupações com a educação fornecendo cursos apropriados à economia local, e, aos industriais, mão-de-obra preparada segundo princípios que atenderiam aos próprios empregadores.

Percebe-se, através das pesquisas efetuadas, que os discursos da época estampavam toda a coesão e uniformidade que permeavam os pensamentos e atos de muitos da classe patronal e dos políticos, via de regra personagens que participavam simultaneamente dos dois grupos, e que, nesse caso, converge para o dualismo do sistema escolar brasileiro: escolas para a elite forneceriam cursos secundário e superior, e, escolas para o povo forneceriam cursos primário, normal e profissional. E mais, que o povo não teria preparo, talvez intelectual, físico, moral ou higiênico, para frequentar cursos que não

⁶ O grupo contava, entre outros, com Lourenço Filho e Fernando de Azevedo.

fossem os profissionais.

Nesse contexto, surgem e são reelaboradas as escolas técnicas. Contando com o poder dos seus industriais e com o respaldo de seus representantes políticos, nas esferas local, estadual e federal, em 1921, Sorocaba recebe a autorização para o funcionamento da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, porém a escola só iria iniciar suas atividades em julho de 1929.

Pode-se supor que interesses políticos, como, por exemplo, a eleição para

Presidente do Estado ou da República, no caso de Júlio Prestes, fizesse com que a notícia da instalação da escola esperasse pelo momento mais adequado. Outro motivo para a demora de quase oito anos da instalação da escola pode ter sido a reforma da instrução pública, ocorrida em 1925, que introduziu algumas modificações no funcionamento das escolas profissionais e que são extremamente criticadas pelos educadores “reformadores”.

Referências

ALEIXO IRMÃO, José. *A Perseverança III e Sorocaba: 1889 – 1930*. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1994. v. 2. 600p.

ALMEIDA, Aluisio. *Sorocaba – 3 séculos de história*. Itu, SP: Ottoni, 2002. 416p.

AZEVEDO, Fernando. A descentralização e a dualidade de sistemas. In: _____. *A cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996. Cap. III, p. 607-652.

BONADIO, Geraldo. *Sorocaba – a cidade industrial*. Sorocaba, SP: Linograf, 2004. 300p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Salles. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. T. III, cap. II.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cinthya Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. 606p.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios na industrialização*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2000. 244p.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961. 2 v.

GARCIA, José Roberto. *A Escola Profissional Mixta de Sorocaba: uma contribuição para o estudo de seus alunos e grade curricular (1929-1942)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba (UNISO), Sorocaba, SP, 2007.

GASPAR, Antonio Francisco. *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana: 1870 – 1875*. Sorocaba, SP: Paratodos, 2003. 241p.

LAURINDO, Arnaldo. *50 anos de ensino profissional – estado de São Paulo: 1911-1961*. São Paulo: Irmãos Andrioli, 1962. 2 v.

LOVE, Joseph. O poder dos Estados, análise regional. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. T. III, cap. II.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo – 1873 a 1934*. 1990. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Qualificação da força de trabalho: a experiência das escolas profissionais do Estado de São Paulo – 1911/1942. *Revista História, Ensino e Pesquisa*, Porto Alegre, RS, ano 1, n. 2, p. 142-145, ago. 1985.

SANTOS, Alexandre Guimarães dos. *Relatório dos Serviços executados pelo Posto de Higiene de Sorocaba – 1929*. Disponível em: <http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/>. Acesso em: out. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 1984.

SILVEIRA, Horácio A. da. *Relatório 1936 – Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública – Estado de São Paulo*, Publicação n. 9, 1937.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba, SP: TCM – Comunicação, 2001. 130p.

WERNECK, Bráulio. *Almanach Ilustrado de Sorocaba, 1914*: repositório histórico, literário e recreativo, com ilustrações. Taquarituba, SP: Gril, 2006. 270p.

Recebido em setembro de 2011

Aprovado para publicação em novembro de 2011